

O (des) lugar da gestão escolar no enfrentamento ao risco do Projeto de Lei nº1174/2019-SP para a docência masculina na Educação Infantil

João Victor da Costa Viana¹

INTRODUÇÃO

Com base num discurso crítico sobre gênero (PISCITELLI, 2009) compreendemos que a definição de papéis sociais pelo sexo biológico pode ser nociva, sobretudo na Educação Infantil, onde professores homens representam minoria. Ao ocuparem um ofício majoritariamente feminino, estes profissionais têm que lidar com estranhamentos e preconceitos tão intensos ao ponto de se criar proposituras que limitam a atuação docente, como o Projeto de Lei nº1174/2019-SP, de autoria da deputada Janaína Paschoal (PSL-SP), que prevê exclusividade a professoras mulheres nos cuidados íntimos de bebês e crianças pequenas no âmbito escolar.

Realizamos um levantamento de reportagens jornalísticas que tem como escopo notícias da repercusão negativa que a presença de profissionais do sexo masculino traz à comunidade escolar, especialmente para pais e responsáveis de bebês e crianças que frequentam a creche (Folha de S.Paulo, 2015; Hojemais Araçatuba, 2019; R7, 2019). As reportagens foram encontradas em uma busca simples no Google, representando os principais resultados, sobretudo à época em que o PL foi apresentado.

Buscando compreender as percepções de alguns professores que atuam como professores de Educação Infantil no município de Campinas acerca do propositura, bem como as suas implicações negativas caso fosse aprovada. Para tanto, os sujeitos de pesquisa foram 3 professores que ainda estão em exercício, 1 que acabou abandonando a carreira docente e 1 auxiliar (cargo municipal de nível médio).

Vale ressaltar que buscando respeitar os princípios éticos da pesquisa científica em educação, o estudo foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Ciências Humanas e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando-lhes a privacidade e sigilo aos seus dados. É importante ressaltar que devido a pandemia de COVID-19, optou-se em realizar as entrevistas de forma remota, não sendo possível a observação do lócus também.

¹ Graduando em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas- BRASIL. E-mail: jvcviana1@gmail.com.

A presente discussão é um excerto do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A docência masculina na Educação Infantil em risco: percepções de professores homens da rede municipal de educação de Campinas sobre o Projeto de Lei nº1174/2019-SP”, orientado pela Professora Doutora Maria Aparecida Guedes Monção, realizado como instrumento de avaliação e requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas. Sucedeu uma Iniciação Científica intitulada “As relações de gênero na Educação Infantil e a estigmatização em torno da docência masculina”, vinculada à linha de pesquisa “Análise e Avaliação de Políticas e Programas Educacionais”, do LAPPLANE-Laboratório de Políticas Públicas e Planejamento Educacional, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

Os principais estudos que respaldaram esta pesquisa foram encontrados em artigos publicados em periódicos da área de educação, bem como no Banco de Dissertações e Teses da Capes, destacando-se os seguintes estudos: Bello, Zanette, Felipe (2020); Cardoso (2004); Rabelo (2010); Ramos (2020); Saparolli (1997); Sarmento (2002); Sayão (2002); Silva (2014); Silva (2022); Sherer (2019); Vasconcellos, Pocahy (2013).

O trabalho de profissionais homens nessa etapa da educação básica configura-se como fundamental na busca por alternativas às desigualdades de gênero e discursos sexistas, além de desvencilhar estigmas e preconceitos que permeiam o imaginário social em relação à figura masculina que ousa educar bebês e crianças pequenas. Logo, acreditamos que a pesquisa atende critérios para se enquadrar no Eixo 2 deste Congresso: Políticas de inclusão, diversidade e direitos humanos.

DESENVOLVIMENTO

Esta pesquisa figura como uma das primeiras a discutir os efeitos nocivos do Projeto de Lei nº1174/2019-SP não só para a prática pedagógica de professores homens, mas também para a relação estreita que é construída com os demais atores da Educação Infantil, visto que no levantamento bibliográfico realizado sobre pesquisas que versam sobre o PL, apenas Bello, Zanette e Felipe (2020) se debruçam sobre o tema, afirmando que “Nosso objetivo aqui não é problematizar a proposta da legisladora, mas pensar o que torna possível tal propositura” (p. 559).

Dado que a presença de homens na Educação Infantil ainda é muito pequena, optou-se por restringir a análise a nível municipal, na rede de educação de Campinas. Os números de profissionais que atuam na Educação Infantil de Campinas divididos por gênero se apresentam

de formas muito discrepantes: de um total de 1166, apenas um pouco mais de 2%, 27 são homens². Levando em consideração este baixo número de professores e auxiliares, entrevistamos quatro destes 27 profissionais para compreender como eles percebem suas práticas pedagógicas em uma profissão em que eles ainda representam uma pequena parcela e como seriam afetadas com a aprovação do PL nº 1174/2019-SP. Após o recebimento dos dados pela Secretaria de Educação, foi extremamente difícil contatar os profissionais que atendessem os critérios e que tivessem interesse em participar da pesquisa. Um professor era conhecido da equipe de pesquisa, e passou o contato de outro, que passou de outro, em uma espécie de ‘boca-a-boca.’ Por esta dificuldade, optou-se por realizar a entrevista com um quinto profissional, o Apolo, que desistiu da carreira na Educação Infantil e trouxe elementos para refletir as dificuldades que tangenciam a atuação de homens em creches e pré-escolas.

Foi comum aos entrevistados narrar episódios de estranhamento e preconceito no interior das instituições de Educação Infantil, sobretudo em relação a equipe gestora, que em muitos casos é a responsável por mitigar questionamentos dos responsáveis das crianças e das outras colegas, as demais professoras. Os profissionais demonstram certa preocupação em sempre comunicar a direção da escola sobre situações que julgam que poderiam ser mal interpretados, assumindo uma posição de vigilância em como fazem intervenções com as crianças. Para exemplificar, vários narraram episódios que envolviam higiene, como a ida ao banheiro, em que afirmam sempre manter a porta aberta “para ninguém levantar suspeitas”, e quando tais suspeitas ocorriam “comuniquei a direção do CEI na mesma hora e toda vez que possa gerar ambiguidade.” (HERMES)

Nos primeiros protestos das famílias que serviram de pretexto para a elaboração do PL 1174/2019-SP, Galcino (2019) narra que a conjuntura da época tomou proporções negativas, impulsionando uma situação lamentável e repudiável: algumas mães, expressando hostilidade e certa ignorância acerca dos profissionais homens e suas atribuições, destilararam ameaças a diretora de uma creche, acreditando que a profissional poderia impedir que os profissionais do sexo masculino participassem dos momentos de higiene das crianças.

Além disso, os professores entrevistados trazem a reflexão situações que afetariam o trabalho da gestão escolar caso o PL 1174/2019-SP fosse aprovado, tais como: o sobrecarregamento das profissionais mulheres ao atribuir exclusivamente a elas as atividades

² Informações solicitadas e recebidas por e-mail em maio de 2021. CGP - Coordenadoria de Gestão de Pessoas. sme.cgp@campinas.sp.gov.br.

de higiene de todos os bebês e crianças e uma fiscalização constante do trabalho desenvolvido por homens. Hermes evidencia isso em suas colocações ao afirmar que: mesmo sem um instrumento legal de proibição, 6 famílias já solicitaram a unidade em que trabalha para que ele não participasse dos momentos de troca de 6 crianças meninas, “acatamos, mas em um grupo de 42 crianças, eu não poder trocar 6 sobrecarregou demais as colegas.”

Com os demais relatos dos entrevistados, foi possível perceber que questões subjetivas como o gênero e a sexualidade são norteadoras no trabalho que desempenham em instituições de Educação Infantil, seja limitando o próprio trabalho pelo medo do preconceito ou das relações que vão tecer com os atores da comunidade escolar: as famílias dos bebês e crianças ou dos/das colegas de profissão.

CONCLUSÕES

Com as constatações deste estudo, foi possível perceber que as regulamentações previstas no PL 1174/2019-SP confrontam consensos acadêmico-científicos da área de educação que atentam para a importância da docência masculina e uma educação que deve minimizar as desigualdades entre homens e mulheres desde a infância. Materializam o risco à docência masculina não só ao limitar a prática segundo gênero ou por ferir a LDB, estratificando cuidar e educar, atividades indissociáveis mas que também coloca em risco a superação das desigualdades de gênero entre homens e mulheres e das desigualdades de poder entre adultos e crianças.

Além disso, é fruto de um contexto histórico e político que se isenta de promover políticas públicas que tenham o gênero como pauta e que vai desmontando todo um processo que estava em curso no país para a efetivação de tais políticas, tentando através da lei e da judicialização interromper discussões importantes para nossa sociedade. Sem o devido debate, caso o projeto fosse aprovado, cercearia a prática de todos os profissionais do sexo masculino que atuam nas instituições de Educação Infantil, independente da formação que possuem, além de alimentar discursos que não levam em consideração as inúmeras formas de manifestação de masculinidade, e que concebem o homem como um perigo, um abusador em constante potencial.

REFERÊNCIAS

85% apoiam projeto que impede homens de darem banho em escolas. **R7.** São Paulo, 29 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/85-apoiam-projeto-que-impede-homens-de-darem-banho-e-m-escolas-29102019>>. Acesso em 17. jun. 2021.

BELLO, Alexandre; ZANNETE, Jaime E.; FELIPE, Jane. O homem-professor e a produção da profissionalidade. Zero-a-seis. Florianópolis. v. 22, n. 42, p.558-579, jul/dez., 2020. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

CARDOSO, F. A. Homens fora de lugar? A identidade de professores homens na docência com crianças. Dissertação de Mestrado em Educação, Belo Horizonte: UFMG, 2004.

GALCINO, Aline. **Polêmica de banho dado por homens em creches vira projeto na Alesp.** Hojemais Araçatuba. Araçatuba, 16 out. 2019. Disponível em: <<https://www.hojemais.com.br/aracatuba/noticia/politica/polemica-de-banho-dado-por-homens-em-creches-vira-projeto-na-alesp>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

RABELO, Amanda Oliveira. “**Eu gosto de ser professor e gosto de crianças**” – A escolha profissional dos homens pela docência na escola primária. Revista Lusófona de Educação, n. 15, 2010, p. 163-173.

RAMOS, Clemerson Elder Trindade. Quem tem medo do lobo mau?: inquietações e medos sobre o trabalho do homem na educação infantil. 2020. 379 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

SAPAROLLI, E. C. L. Educador infantil: uma ocupação de gênero feminino. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Psicologia social – Universidade de São Paulo, 1997.

SARMENTO, Teresa. **Correr o risco: ser homem numa profissão ‘naturalmente’ feminina.** In: Vº Congresso Português de Sociologia: sociedades contemporâneas: reflexividade e ação. Anais..., Braga, Portugal, 2002, p. 99-107.

SAYÃO. Deborah Thomé. **Relações de gênero na creche: os homens no cuidado e educação das crianças.** In: 25ª. Reunião Anual da Anped, 2002, Caxambu. Anais. Minas Gerais: Anped, 2002a.

SILVA, Isabel de Oliveira e; LUZ, Iza Rodrigues da. Meninos na educação infantil: o olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero. Cadernos Pagu, Campinas, n. 34, p. 17-39, jun. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010483332010000100003&lng=en&nrm=iso&tlang=pt. Acesso em: 12 jun. 2022.

SILVA, Peterson Rigato da. **Não sou tio, nem pai, sou professor! A docência masculina na Educação Infantil.** Dissertação de Mestrado em Educação - Universidade Estadual de Campinas, 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Anuário Estatístico.** Assessoria de Economia e Planejamento. -- Campinas, SP, fev. (2005). Publicação anual. Ano base: 2020. e-ISSN: 2526-0367. ISSN impresso: 2526-0359. Publicação organizada pela AEPLAN/UNICAMP. Versão eletrônica disponível na Biblioteca Digital da UNICAMP.

VASCONCELLOS, Francisco Ulíssis Paixão e. **“Não é a mamãe?”: a presença de homens educadores como elemento na problematização da agonística social da feminização da Educação Infantil.** Textura, n.28, maio/ago. 2013.

YAMADA, Gabriela. **Homens em creches causam revolta dos pais no interior de SP.** Folha de S.Paulo. Ribeirão Preto, 15 de março de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/03/1602955-homens-em-creches-causamrevolta-dos-pais-no-interior-de-sp.shtml>>. Acesso em 14 abr. 2020.